



ACÓRDÃO Nº 98/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1472/2010.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Habitação – FEH.
- 4- **Exercício:** 2009.
- 5- **Responsável:** Sidney Robertson Oliveira de Paula (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 711/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Habitação - FEH. Exercício de 2009.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Fundo Estadual de Habitação - FEH**, exercício 2009, de responsabilidade do **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula** - Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 pelos itens 1-5 do Relatório/Voto (restrições da DICAÍ);



ACÓRDÃO Nº 98/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula, em caso de não recolhimento da multa no prazo fixado, com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.4. Recomendar ao Fundo Estadual de Habitação - FEH que:

10.4.1. Observe rigorosamente a Lei de Licitações e Contratos, principalmente no que tange a contratação de pessoas físicas;

10.4.2. Observe rigorosamente a necessidade de emissão de apresentação de Parecer Jurídico antes celebração de qualquer ajuste.

10.4.3. Observe com o máximo o zelo os critérios para nomeação e pessoas dos cargos a disposição deste Órgão.

10.4.4. Seja mais rigoroso e preciso quanto a elaboração das planilhas orçamentárias que constituem o projeto básico das diversas etapas do programa;

10.5. Determinar ao Fundo Estadual de Habitação - FEH que instaure processo administrativo visando apurar a responsabilidade dos profissionais de engenharia envolvidos na emissão dos laudos técnico de avaliação nos Processos n. 1267869, 115285 e 115856 quanto ao inconsistência nas dimensões das área avaliadas. Bem como, nos demais processos quantos a ausência de emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica, nos termos da lei;

10.6. Dar ciência desta decisão ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**;

10.7. Arquivar os presentes autos, nos termos regimentais, após o registro e adoção das medidas acima.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Fevereiro de 2020



ACÓRDÃO Nº 98/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição